



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Plano de Contingência Municipal

EDIÇÃO SINTÉTICA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE APERIBÉ-RJ



**PARA DESASTRES RELACIONADOS
A PERÍODOS DE ESTIAGEM**

2025



Sumário

1 – INTRODUÇÃO	3
2 - METODOLOGIA	3
3-TIPIFICAÇÃO DA AMEAÇA: CHUVAS INTENSAS	4
4 - FOLHA DE APROVAÇÃO	5
5 - ESTÁGIOS OPERACIONAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA	7
6 - FLUXO MUDANÇA DE ESTÁGIO OPERACIONAL.....	8
7 – RESPONSABILIDADES POR ESTÁGIO OPERACIONAL	9
7.1 – RESPONSABILIDADES DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL	9
7.2 – RESPONSABILIDADES DO PREFEITO MUNICIPAL E JURÍDICO	13
7.3 – RESPONSABILIDADES DO COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA	13
7.4 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS/INFRAESTRUTURA.....	15
7.5 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	15
7.6 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	17
7.7 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	18
7.8 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.....	19
7.9 – RESPONSABILIDADES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	20
7.10 – RESPONSABILIDADES DO CBMERJ	20
7.11 – RESPONSABILIDADES DA PMERJ	21
7.12 – RESPONSABILIDADES DA REDEC/SEDEC.....	22
8 - DOCUMENTOS UTILIZADOS NO DECURSO DO DESASTRE.....	23
8.1 - PLANO DE CHAMADA GERAL.....	23
8.2 - ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS E POUSO DE AERONAVES	24
8.3 – ABRIGOS PÚBLICOS	25

1 – INTRODUÇÃO

Este Plano de Contingência estabelece os protocolos e procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos, direta ou indiretamente, na resposta às emergências e desastres causados por estiagem. Tais ameaças estão inseridas na Categoria Natural da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE.

2 - METODOLOGIA

Para a elaboração deste Plano de Contingência foram realizadas reuniões setoriais com os órgãos do Sistema Municipal de Defesa Civil. Estes foram divididos em grupos conforme as ações desempenhadas por cada um, sendo estes: socorro, assistência e restabelecimento dos serviços essenciais.

O presente documento foi elaborado para que os órgãos possam atuar de acordo com as competências que lhes são conferidas, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades aqui previstas.

Para o aperfeiçoamento deste Plano, serão regularmente realizados exercícios simulados de acordo com os protocolos aqui estabelecidos.

Vale ressaltar que a Secretaria Municipal de Defesa Civil de Aperibé atua de forma articulada com os demais órgãos do município, além dos diversos órgãos do estado, do governo federal e instituições que atuam direta ou indiretamente para a redução de desastres e apoio às comunidades atingidas. Esta abordagem sistêmica permite que as ações de resposta sejam melhores executadas. Todas as medidas adotadas são de caráter permanente e cíclico, ou seja, estarão sempre sendo revistas e atualizadas.

Todos os registros de desastres ficarão arquivados a fim de auxiliar na sua revisão e em futuros planejamentos.

Este Plano de Contingência foi desenvolvido por meio da análise de avaliações técnicas e mapeamentos de risco nas áreas identificadas como prováveis e relevantes de ocorrerem emergências e desastres relacionados a Estiagem.

O município tem uma área total de 88.780 km² (código IBGE, 3300159), está situado na Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, a 271,2 km da capital.

Os limites municipais são: Itaocara, Santo Antônio de Pádua, Cambuci.

Com uma população estimada de 10.213 habitantes (IBGE, 2010), predominantemente urbana, sua economia é bem diversificada, composta pela agricultura, comércio varejista em geral, atacadista (em especial com produtos de higiene bucal) e indústria metalúrgica (principal atividade econômica e fonte de empregos do município).

3-TIPIFICAÇÃO DA AMEAÇA: ESTIAGEM

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	CONCEITO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAL	4. CLIMATOLÓGICO	1. SECA	1. ESTIAGEM	0 (Não possui)	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0	

Eventos secundários relacionados à ESTIAGEM (COBRADE 1.4.1.1.0)		
INCÊNDIO FLORESTAL (COBRADE 1.4.1.3.1 e COBRADE 1.4.1.3.1)		
BAIXA UMIDADE DO AR (COBRADE 1.4.1.4.0)		
DOENÇAS INFECCIOSAS BACTERIANAS, PARASÍTICAS e FÚNGICAS (COBRADE 1.5.1.2.0, COBRADE 1.5.1.3.0) e COBRADE 1.5.1.4.0)		
CIANOBACTÉRIAS EM RESERVATÓRIOS (COBRADE 1.5.2.2.2)		

PERÍODO 2025

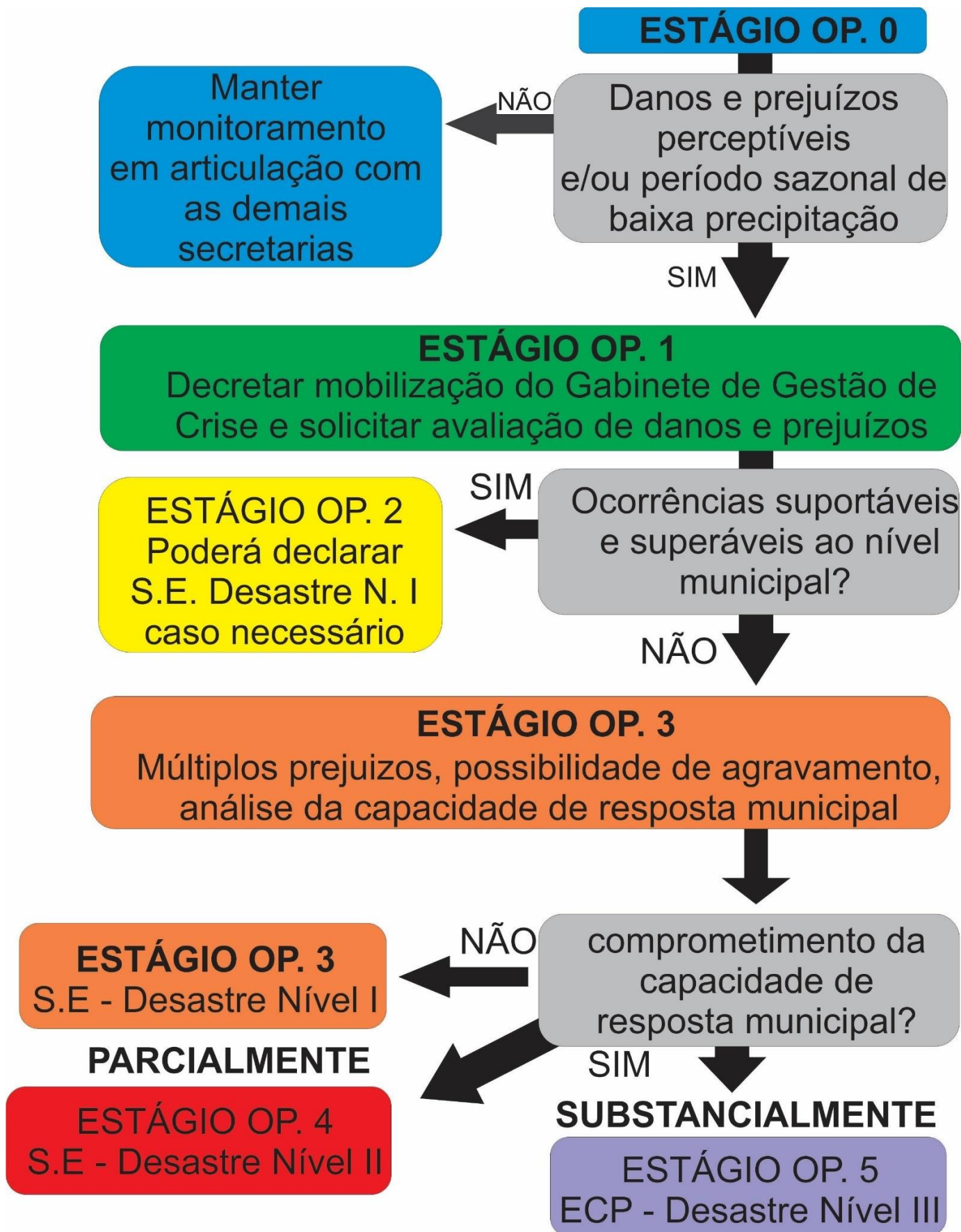
4 - FOLHA DE APROVAÇÃO:

ÓRGÃO	FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA	DATA
DEFESA CIVIL MUNICIPAL				
PREFEITO MUNICIPAL E JURÍDICO				
COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA				
SEC. OBRAS/INFRAESTRUTURA				
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
SEC. DE SAÚDE				
VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
SEC. DE AGRICULTURA				
SEC. DE MEIO AMBIENTE				
SEC. DE TRANSPORTE				
SEC. SEGURANÇA PÚBLICA				
GUARDA CIVIL MUNICIPAL				
SEC. DE EDUCAÇÃO				
PMERJ				

CBMERJ				
REDEC/SEDEC				
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				

5 - ESTÁGIOS OPERACIONAIS DO MUNICÍPIO DE APERIBÉ

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0
Estágio onde é realizado o monitoramento das condições meteorológicas, geológicas e hidrológicas do município. Caracteriza-se pelo acompanhamento das projeções futuras de algum(s) evento(s) adverso(s), sendo detectável(s) ou não. Este momento é identificado pelas condições de "NORMALIDADE". Momento que perdura durante parte significativa do ano em que devem ser traçadas as estratégias de ação e alinhamento entre as agências envolvidas no Plano de Contingências.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1
Estágio onde a previsão indica a possibilidade de ocorrência do evento(s) adverso(s) ou já existem impacto(s), não gerando ocorrências e não sendo necessário o acionamento de recursos.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 2
Estágio onde o impacto do(s) evento(s) adverso(s) geram ocorrências suportáveis ao Município, porém requerem que a Agência Municipal de Defesa Civil inicie o fluxo de comunicação junto à SEDEC, devido à possibilidade de acionamento de recursos complementares pontuais.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3
Estágio onde o impacto do(s) evento(s) adverso(s) pode gerar uma quantidade considerável de ocorrências, porém ainda dentro da capacidade de resposta do município.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4
Estágio onde o impacto do(s) evento(s) adverso(s) gerou quantidade alta de ocorrências. Neste cenário, existe a continuidade ou agravamento do(s) evento(s), sejam eles de origem meteorológica, hidrológica ou geológica, com a ocorrência de danos e prejuízos que comprometem parcialmente a capacidade de resposta dos governos locais. A situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5
Estágio onde o impacto do(s) evento(s) adverso(s) gerou quantidade muito alta de ocorrências, comprometendo substancialmente a capacidade de resposta municipal. Este cenário requer a coordenada do SINPDEC (Município, Estado e União) devido ocorrência de danos e prejuízos não superáveis e não suportáveis pelos governos locais.



7 – RESPONSABILIDADES POR ESTÁGIO OPERACIONAL

Para uma eficiente adequação das atividades pactuadas neste plano de contingências, é necessário que a Defesa Civil Municipal estabeleça um modelo de atualização de Estágio Operacional e dê publicidade aos demais órgãos e entidades relacionadas no Grupo de Resposta em Ações de Crise (GRAC).

7.1 – RESPONSABILIDADES DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0

1. Entregar o plano de contingências e os modelos de relatórios preliminares e complementares, bem como a explicação relativa ao preenchimento dos mesmos;
2. Indicar as responsabilidades de cada órgão na gestão de desastres, especialmente quanto às ações de preparação, resposta e recuperação;
3. Realizar reunião de trabalho compondo o Grupo de Resposta em Ações de Crise (GRAC), composto pelos secretários municipais de demais participantes das contingências no município e apresenta o Plano de Contingências dando ênfase às funções de cada participante de acordo com cada estágio operacional;
4. Reunir com as concessionárias de abastecimento de água potável para apresentar o plano de contingências de estiagem e solicitar informações a respeito de contingências da empresa para o abastecimento complementar, incluindo as informações no planejamento municipal;
5. Definir as ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre;
6. Solicitar à Sec. de Assistência Social a disponibilização de planilha de famílias residentes nas áreas rurais, por UBS afim de subsidiar planejamento de contingências;
7. Realizar o registro de Preços de materiais de resposta. Ex.: água potável;
8. Elaborar uma ilustração do Mapa do Município em tamanho de 2m x 1m, afixa um plástico transparente em sua superfície e sinaliza as áreas vulneráveis e delimita áreas de risco de desabastecimento e incêndios florestais utilizando marcadores coloridos de quadro branco;
9. Estabelecer protocolo de distribuição de Alerta e Alarme no município, em especial nas comunidades vulneráveis à incêndio florestal;
10. Solicitar à Sec. de Saúde um que elabore e apresente um protocolo de aplicação de medicamentos à enfermidades relacionadas à ambientes insalubres em cenários de incêndio florestal que afete a qualidade da água e do ar para moradores em risco e para os envolvidos na resposta deste plano de contingências;
11. Permanecer observando os alertas emitidos pelo Centro Estadual de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN e demais instituições vocacionadas (Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Sistema Hidroweb da Agência Nacional de Águas, barragens etc.), inclusive agências à montante (DC de outros estados);
12. Estabelecer um, ou mais locais, em áreas seguras de riscos naturais e sociais, para armazenamento de materiais de ajuda humanitária oriundos de campanhas locais e recebidas do Estado, bem como a organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos;

13. Estabelecer locais de pouso de aeronaves em locais seguros de riscos naturais, tecnológicos e sociais;
14. Realizar formação de voluntariado para agir em área de risco controlado;
15. Verificar a situação da segurança quanto à risco geológico e hidrológico dos locais de pontos de apoio e abrigos públicos;
16. Articular junto à Secretaria Municipal de transporte um meio acessório de abastecimento, através de caminhão pipa, em caráter de sobreaviso permanente, durante os meses de julho à novembro, para complementar as ações de combate à incêndio florestal;
17. Elaborar projeto de brigada de combate à incêndio florestal, submeter o regulamento de operação e acionamento ao legislativo municipal, realizar treinamento e manter uma escala de sobreaviso para atender à incêndios florestais.
18. Informar o público interno da DC sobre o nível de Alerta.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 1

1. Ao observar a incidência de diminuição de precipitação pluviométrica no município e nas cabeceiras dos mananciais hídricos, a diminuição do nível dos rios em observação à régua linimétrica, exaurimento de córregos e valões, aumento da incidência de incêndios florestais, prejuízo na qualidade da água captada e aumento dos atendimentos médicos por moléstias com nexos na má qualidade da água.
2. Declarar abertura do Gabinete de Gestão de Crise;
3. Convocar o Grupo de Resposta em Ações de Crise (GRAC), composto pelo secretariado municipal e demais participantes e solicitar que seja avaliado os prejuízos causados pela estiagem, definindo um prazo de entrega dos relatórios subsidiários;
4. Realizar o registro de áreas susceptíveis à incêndio florestal
5. Buscar junto ao CBMERJ as estatísticas de atendimento à incêndios Florestais
6. Registrar áreas de desabastecimento de água potável
7. Intensificar o monitoramento da qualidade da água junto à concessionária
8. Verificar junto à Secretaria de Saúde a incidência de casos de enfermidade relacionadas à má qualidade da água;
9. Verificar junto às agências municipais, estaduais e federais, que estejam relacionadas com o agronegócio, possíveis perdas de produtividade, mortandade de animais e exaurimento de córregos e valões;

ESTÁGIO OPERACIONAL – 2

1. Realizar reunião de entrega dos relatórios e de acordo com as informações apresentadas, a deliberação da situação a ser declarada;
2. De acordo com a avaliação de danos e prejuízos, sob a percepção do Chefe da Defesa Civil e demais membros do GRAC, atualizar o Estágio Operacional de 1 para 2 a mudança do estágio operacional;

3. Intensificar o monitoramento de toda a bacia hidrográfica no município;
4. Caso a instrumentação dos danos indique pequeno impacto, orientar aos demais secretários que mantenham o monitoramento e atualização de danos e prejuízos;
5. Caso os danos e prejuízos indiquem agravo da situação apresentada, que possa comprometer parcialmente a capacidade de resposta, a nível municipal, elevar o estágio operacional para o Nível 3;

ESTÁGIO OPERACIONAL – 3

1. Caso os danos e prejuízos apresentados indiquem agravo da situação, comprometimento parcial da capacidade de resposta e as ações ainda estejam condicionadas à esfera municipal, recomendar ao executivo municipal que declare Situação de Emergência, desastre nível 1. Caso as ações de resposta demandem a necessidade de apoio estadual e/ou federal, elevar o estágio operacional para o Nível 4;
2. Abrir um Formulário de Informações de Desastre – FIDE, no sistema S2ID, com o dia e horário do decreto municipal, codificação COBRADE 1.4.1.1.0 - ESTIAGEM
3. Verificar a necessidade de apoio de caminhões pipa e solicitar à concessionária a distribuição e conforme a necessidade;
4. Atualizar o registro de áreas afetadas por desabastecimento e pela incidência de incêndio florestal, intensifica o monitoramento, delimitar no mapa de risco as localidades vulneráveis ainda não afetadas;
5. Utilizar o mapa de risco para sinalizar a localização dos recursos empregados até o momento (distribuição de pessoal, viaturas e maquinário pesado)
6. Emitir campanhas em mídia social e utilização de sistema de som e verbalização dos agentes “IN LOCO”, orientando quanto ao uso consciente da água potável e dos perigos das queimadas bem como as sanções legais para aqueles que praticam tal ação;
7. Providenciar materiais de apoio para as operações de combate a incêndio florestal, ex.: caminhões pipa, viaturas de monitoramento de focos, grupos de whatsapp de alertas de queimadas;
8. Atualizar as informações e a remete à equipe da REDEC 11 Noroeste.
9. Intensificar o contato com as agências relacionadas à agricultura, meio ambiente e para continuar acompanhando o agravamento da crise sob o agronegócio;
10. Intensificar o contato com o CBMERJ para acompanhar a incidência de incêndios florestais na região e buscar acionar brigadas municipais e privadas para o monitoramento, orientação e combate à princípios de incêndio;
11. Intensificar o contato com a secretaria de saúde visando acompanhar a incidência de atendimentos médicos de patologias relacionado à má qualidade do ar e/ou da água potável;
12. Atualizar as informações no FIDE
13. Verificar a necessidade de apoio nos abrigos públicos;
14. Atualizar o registro de áreas afetadas por desabastecimento e incêndio florestal;
15. Utilizar o mapa de risco para sinalizar a localização dos recursos empregados até o momento (distribuição de pessoal, viaturas e maquinário pesado)
16. Emitir alerta via SMS, mídia social e utilização de sistema de som e verbalização dos agentes “IN LOCO”, caso se tenha aviso relacionado à baixa umidade relativa do ar ou a incidência de incêndios

florestais que ameacem a qualidade do ar. Os alertas terão como base as informações repassadas pelo CEMADEM-RJ e serão distribuídas através de SMS, redes sociais da prefeitura de Itaperuna e sites/instagram locais

17. Providenciar materiais de apoio para as operações de apoio ao combate de incêndio florestal;

18. Atualizar as informações e a remete à equipe da REDEC 11 NOROESTE.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 4

1. Caso tenha declarado situação de emergência para desastre nível 1, e esteja necessitando de apoio do estado ou do governo federal, elevar para desastre nível 2;
2. Verificar a necessidade de apoio estadual e/ou federal para o abastecimento urbano;
3. Verificar a necessidade de apoio estadual e/ou federal para o atendimento à famílias que vivem do agronegócio familiar que estejam em situação de vulnerabilidade alimentar;
4. Atualizar o registro de áreas afetadas, intensifica o monitoramento, delimitar no mapa de risco o tempo estimado de inundação em outras localidades vulneráveis ainda não afetadas;
5. Utilizar o mapa de risco para sinalizar a localização dos recursos empregados até o momento (distribuição de pessoal, viaturas e maquinário pesado);
6. Acionar a equipe de voluntários para apoiar na triagem e distribuição de materiais de ajuda humanitária e demais necessidades previamente definida;
19. Emitir alerta via SMS, mídia social e utilização de sistema de som e verbalização dos agentes “/N LOCO”, caso exista alerta de baixa umidade relativa do ar ou má qualidade do ar devido às queimadas. Os alertas terão como base as informações repassadas pelo CEMADEM-RJ e serão distribuídas através de SMS, redes sociais da prefeitura de Itaperuna e sites/instagram locais;
7. Avaliar os relatórios preliminares apresentados e elabora o Parecer do órgão de Defesa Civil;
8. Anexar os relatórios e o Parecer do órgão de Defesa Civil no FIDE aberto e aguardar os relatórios complementares para o fechamento e envio do FIDE para reconhecimento federal;
9. Remete ao procurador do município que publique o referido decreto municipal, caso a situação enseje a declaração de Situação de Emergência. Caso enseje a Declaração de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, atentar para atualizar o status no parecer e decreto municipal;
10. Anexar as fotos do Relatório Fotográfico na Plataforma do S2ID;
11. Anexar o Decreto de Situação de Emergência, conforme parecer da Defesa Civil;
12. Preencher o formulário de atuação municipal – DMATE no sistema S2ID;
13. Preparar os ofícios de solicitação de Reconhecimento Federal e Homologação Estadual;
14. Preencher os formulários de solicitação, em anexo, e encaminhar para o REDEC. Em caso de necessidade de apoio do Estado com Materiais de Ajuda Humanitária ou o plano de trabalho em ações de resposta na plataforma do S2ID;
15. Atualizar as informações e a remete à equipe da REDEC 11 Noroeste

ESTÁGIO OPERACIONAL – 5

1. Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, desastre nível 3 em seus documentos, isso se a situação

encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;

2. Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.2 – RESPONSABILIDADES DO PREFEITO MUNICIPAL E JURÍDICO

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0
1 Manter-se informado sobre o estágio operacional.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1
1 Atender à solicitação da Defesa Civil, publica o decreto municipal de gestão de crise, em anexo ao plano, determinando o prazo de 24 a 36 horas para a entrega dos relatórios preliminares.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 2
1 Manter-se informado sobre o estágio operacional.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3
1 Caso seja solicitado pela Defesa Civil, publica o decreto municipal de Declaração de Situação de Emergência, desastre Nível 1
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4
1 Caso seja solicitado pela Defesa Civil, publica o decreto municipal de Declaração de Situação de Emergência, desastre Nível 2
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5
1. Caso seja solicitado pela Defesa Civil, publica o decreto municipal de Declaração de Estado de Calamidade Pública, desastre Nível 3

7.3 – RESPONSABILIDADES DO COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0
1 Manter-se informado sobre o estágio operacional.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1
1 Manter-se informado sobre o estágio operacional.
2 Repassar os alertas e/ou alarmes emitidos pela defesa civil. Os alertas terão como base as informações repassadas pelo CEMADEM-RJ e serão distribuídas através de SMS, redes sociais da prefeitura de Itaperuna e sites/instagram locais;

- 3 Manter a população informada sobre a situação corrente no município;
- 4 Acompanhar a circulação de informações do município e emite nota desmentindo “Fake News”.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 2

- 1 Manter-se informado sobre o estágio operacional;
- 2 Difundir orientações à população sobre o uso consciente da água e dos problemas causados pelas queimadas
- 3 Repassar os alertas e/ou alarmes emitidos pela defesa civil. Os alertas terão como base as informações repassadas pelo CEMADEM-RJ e serão distribuídas através de SMS, redes sociais da prefeitura de Itaperuna e sites/instagram locais;
- 4 Manter a população informada sobre a situação corrente no município;
- 5 Acompanhar a circulação de informações do município e emite nota desmentindo “Fake News”.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 3

- 1 Manter-se informado sobre o estágio operacional;
- 2 Difundir orientações à população sobre o uso consciente da água e dos problemas causados pelas queimadas
- 3 Repassar os alertas e/ou alarmes emitidos pela defesa civil;
- 4 Acompanhar a circulação de informações do município e emite nota desmentindo “Fake News”.
- 5 Em caso de campanhas de arrecadação, divulgar informações relativas às necessidades de doações, bem como locais e condições de entrega dos materiais a serem ofertados pela população e iniciativa privada.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 4

- 1 Manter-se informado sobre o estágio operacional;
- 2 Difundir orientações à população sobre o uso consciente da água e dos problemas causados pelas queimadas. Os alertas terão como base as informações repassadas pelo CEMADEM-RJ e serão distribuídas através de SMS, redes sociais da prefeitura de Itaperuna e sites/instagram locais;
- 3 Repassar os alertas e/ou alarmes emitidos pela defesa civil;
- 4 Acompanhar a circulação de informações do município e emite nota desmentindo “Fake News”.
- 5 Em caso de campanhas de arrecadação, divulgar informações relativas às necessidades de doações, bem como locais e condições de entrega dos materiais a serem ofertados pela população e iniciativa privada.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 5

1. Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4 porem atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
2. Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.4 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS/INFRAESTRUTURA

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0	
1	Repassar o Plano de chamada e as informações sobre frota de veículos à Defesa Civil;
2	Analisar as suas funções no plano de contingências e repassa à defesa civil qualquer dificuldade ou limitação técnico-operacional na execução da missão elencada no planejamento.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1	
1	Caso demandado, acionar o plano de chamada;
2	Apoiar o Corpo de Bombeiros – CBMERJ, empregando maquinário pesado, em aberturas de aceiros ou no emprego de caminhões pipa para o apoio ao combate a incêndios;
3	Caso solicitado, ofertar caminhões pipa para o abastecimento de áreas com abastecimento suspenso de água potável;
4	Realizar o registro de equipes envolvidas em possível resposta a desastre, bem como o registro de valores financeiros já empregados. Ex.: Combustível e alimentação para as equipes de trabalho;
5	Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 2	
1	Continuar apoiando as demandas do município;
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3	
1	Continuar apoiando as demandas do município;
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4	
1	Continuar apoiando as demandas do município;
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5	
1	Continuar apoiando as demandas do município;

7.5 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0	
1	Repassar o Plano de chamada e as informações sobre frota de veículos à Defesa Civil;
2	Solicitar à Sec. de Assistência Social a disponibilização de planilha de famílias por Unidade Básica de Saúde - UBS afim de subsidiar planejamento de contingências;
3	Realizar o Registro de Preços de materiais de ajuda humanitária;
4	Estabelecer um local de referência para a entrega e distribuição de materiais de ajuda humanitária por parte de campanhas de arrecadação e/ou entregues pelo Estado. O local deve ser acessível durante

os desastres recorrentes e seguro de ameaças naturais e sociais. Templos religiosos são locais organizados com farta disponibilização de voluntariado;

- 5 Analisar as suas funções no plano de contingências e repassa à defesa civil qualquer dificuldade ou limitação técnico-operacional na execução da missão elencada no planejamento;

ESTÁGIO OPERACIONAL – 1

- 1 Encaminhar os profissionais para realizar o levantamento de vulneráveis em áreas afetadas pelo desabastecimento de água potável, insegurança alimentar devido à perda de produtividade na agricultura familiar;
- 2 Realizar o registro de equipes envolvidas em possível resposta a desastre, bem como o registro de valores financeiros já empregados. Ex.: Combustível e alimentação para as equipes de trabalho;
- 3 Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 2

- 1 Dar continuidade no levantamento de vulneráveis em áreas afetadas e registro de logradouros com residências danificadas e prestar a ajuda disponível;
- 2 Administrar a oferta e a necessidade de materiais de ajuda humanitária para assistência social;

ESTÁGIO OPERACIONAL – 3

- 1 Ativar novos locais de ponto de apoio e abrigos públicos, de acordo com a necessidade;
- 2 Encaminhar os profissionais para realizar o levantamento de vulneráveis em outras áreas afetadas, que ainda não foram assistidas;
- 3 Solicitar que a comunicação social do município emita informação nas mídias sociais e entrevistas a respeito da identificação dos operadores do CREAS nas áreas afetadas, solicitando aos desabrigados e/ou desalojados que os informem de sua situação anormal;
- 4 Avaliar a situação encontrada e em caso de necessidade de apoio estadual e/ou federal, encaminhar as necessidades através de ofício à defesa civil municipal;
- 5 Atualizar o croqui ilustrativo de distribuição dos agentes por áreas vulneráveis;
- 6 Emitir o relatório preliminar e o encaminha à Defesa Civil dentro do prazo estipulado;
- 7 Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 4

- 1 Manter a equipe no levantamento de vulneráveis em outras áreas afetadas, que ainda não foram assistidas;
- 2 Realizar levantamento de necessidades de materiais de ajuda humanitária junto aos afetados e demais órgão de acolhimento como abrigos públicos e instituições acolhedoras;
- 3 Avaliar a situação encontrada e em caso de necessidade de apoio estadual e/ou federal, encaminhar as necessidades através de ofício à defesa civil municipal;
- 4 Em caso de necessidade, solicitar apoio da comunicação de imprensa para mobilizar campanha de arrecadação de alimentos e agasalhos para os vulneráveis;
- 5 Atualizar o croqui ilustrativo de distribuição dos agentes por áreas vulneráveis;
- 6 Emitir o relatório complementar e o encaminha à Defesa Civil, dentro do prazo estipulado;
- 7 Abrir campanha de arrecadação de doativos. Os doativos serão entregues na sede da defesa civil e redistribuídos nas unidades do CRAS das áreas afetadas. O CRAS realizará o cadastro dos afetados

e de suas necessidades, encaminhará as demandas à defesa civil que providenciará a triagem e separação dos materiais, utilizando mão de obra voluntária, e distribuirá para cada centro de referência.

- 8 Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 5

- 1 Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
- 2 Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.6 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0

- 1 Repassar o Plano de chamada e as informações sobre frota de veículos à Defesa Civil;
- 2 Fornecer à Defesa Civil a relação de número de residências e moradores por família em cada uma das áreas recorrentes em desastres sinalizadas pela defesa civil, no município, segundo o levantamento dos agentes de saúde;
- 3 Realizar cadastro de acadêmicos das áreas de saúde, nos últimos períodos de formação, para atuarem como voluntários em postos e abrigos públicos;
- 4 Analisar as suas funções no plano de contingências e repassa à defesa civil qualquer dificuldade ou limitação técnico-operacional na execução da missão elencada no planejamento;
- 5 Preparar um plano de ação em resposta a possível calamidade e encaminhas à defesa civil;
- 6 Apresentar à Defesa Civil fatores limitantes para o atendimento no município em caso de desastres e buscar auxílio em ações mitigatórias.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 1

- 1 Intensificar o estágio de atenção em saúde nas Unidades Básicas de Saúde - UBS e Hospitais;
- 2 Realizar o registro de equipes envolvidas em possível resposta a desastre, bem como o registro de valores financeiros já empregados. Ex.: Combustível e alimentação para as equipes de trabalho;
- 3 Manter registro de atendimentos realizados relacionados à má qualidade da água, do ar e da baixa umidade relativa do ar;
- 4 Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 2

- 1 Intensificar o estágio de atenção em saúde nas UBS e Hospitais;
- 2 Quando solicitado pela defesa civil, apresentar relatório de atendimentos realizados relacionados à má qualidade da água, do ar e da baixa umidade relativa do ar;
- 3 Enviar equipe de saúde para auxiliar na avaliação de saúde na triagem de pessoas em áreas rurais vulneráveis ao desabastecimento de água potável;
- 4 Registrar as equipes envolvidas em possível resposta a desastre, bem como o registro de valores financeiros já empregados. Ex.: Combustível e alimentação para as equipes de trabalho;

5	Intensificar a escala de plantonistas para atendimento médico no Posto de Urgência e na UPA
6	Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3	
1	Intensificar o estágio de atenção em saúde nas UBS e Hospitais;
2	Emitir o relatório preliminar e o encaminha à Defesa Civil dentro do prazo estipulado;
3	Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4	
1	Intensificar o estágio de atenção em saúde nas UBS e Hospitais;
2	Receber prioritariamente os enfermos no Posto de Urgência e na unidade de atendimento médico da UPA. Em caso de agravo da situação de enfermos, realizar a transferência para o Hospital São José do Avaí e para o Hospital São José em Bom Jesus do Itabapoana.
3	Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5	
1	Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
2	Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.7 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0)	
1	Repassar o Plano de chamada e as informações sobre frota de veículos à Defesa Civil;
2	Estabelecer uma estratégia de monitoramento dos riachos e córregos das áreas rurais, bem como sobre a fluidez do agronegócio;
3	Analisar as suas funções no plano de contingências e repassa à defesa civil qualquer dificuldade ou limitação técnico-operacional na execução da missão elencada no planejamento;
4	Realizar o levantamento de produtores e produção agrária junto às cooperativas de demais instituições vocacionadas, bem como os valores médios de receita gerados pelo setor produtivo do agronegócio.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1	
1	Realizar o monitoramento de situação de produtores e produção agrária junto às cooperativas de demais instituições vocacionadas buscando verificar se já existem perdas no setor;
2	Realizar o registro de possíveis danos e prejuízos, perdas de lavoura e/ou mortandade de animais com devido registro fotográfico;
3	Realizar o registro de equipes envolvidas em possível resposta a desastre, bem como o registro de valores financeiros já empregados. Ex.: Combustível e alimentação para as equipes de trabalho;
4	Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 2

- 1 Manter o monitoramento de situação de produtores e produção agrária junto às cooperativas de demais instituições vocacionadas buscando verificar se já existem perdas no setor;
- 2 Fornecer relatório de perdas ou lucro cessante do agronegócio quando solicitado pela defesa civil;
- 3 Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 3

- 1 Estar atento a qualquer solicitação de apoio por parte da defesa civil;
- 2 Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 4

- 1 Estar atento a qualquer solicitação de apoio por parte da defesa civil;
- 2 Solicitar apoio à Defesa Civil em caso de Necessidade.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 5

- 1 Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
- 2 Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.8 – RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0

- 1 Repassar o Plano de chamada e as informações sobre frota de veículos à Defesa Civil;
- 2 Analisar as suas funções no plano de contingências e repassa à defesa civil qualquer dificuldade ou limitação técnico-operacional na execução da missão elencada no planejamento.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 1

- 1 Verificar se existe acúmulo de cianobactérias nos pontos de captação de água ou em mananciais de captação utilizados pelas populações rurais
- 2 Acompanhar a situação dos riachos e córregos do município buscando aferir se existe exaurimento hídrico proveniente do período de estiagem;

ESTÁGIO OPERACIONAL – 2

- 1 Permanecer ciente da situação e atende às demandas solicitadas pela defesa civil;
- 2 Apresentar o relatório, quando solicitado pela defesa civil, de possíveis danos ambientais peculiares do período de estiagem relacionados a escassez e/ou incêndios florestais.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 3

- 1 Permanecer ciente da situação e atende às demandas solicitadas pela defesa civil.

2	Emite o relatório preliminar e o encaminha à Defesa Civil dentro do prazo estipulado.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4	
1	Permanecer ciente da situação e atende às demandas solicitadas pela defesa civil;
2	Emitir o relatório complementar e o encaminha à Defesa Civil, dentro do prazo estipulado, assim que o desastre começar a retroceder, e/ou em caso de novos registros de danos, prejuízos e afetados.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5	
1	Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
2	Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.9 – RESPONSABILIDADES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0	
1	A GCM é uma boa opção para ser utilizada no combate a princípio de incêndio Florestal, desde que devidamente capacitados, munidos de instrumental de combate e epi, devidamente autorizados por instrumento legal e remunerados para horas extras de trabalho, a organização fica a cargo da organização da defesa civil com os envolvidos na aprovação da função;
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1	
ESTÁGIO OPERACIONAL – 2	
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3	
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4	
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5	

7.10 – RESPONSABILIDADES DO CBMERJ

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0	
1	Manter-se informado sobre o estágio de atenção;
2	Participar em operações simuladas realizadas pelo município aferindo o tempo de resposta.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1	

1	Permanecer em prontidão para operações de resgate.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 2	
1	Permanecer em prontidão para operações de resgate.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3	
1	Permanecer em prontidão para operações de resgate.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4	
1	Permanecer em prontidão para operações de resgate.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5	
1	Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
2	Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.11 – RESPONSABILIDADES DA PMERJ

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0	
1	Manter-se informado sobre o estágio de atenção;
2	Participar em operações simuladas realizadas pelo município aferindo o tempo de resposta.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1	
1	Realizar patrulhamento em áreas afetadas pelo desastre.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 2	
1	Realizar patrulhamento em áreas afetadas pelo desastre.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3	
1	Realizar patrulhamento em áreas afetadas pelo desastre.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4	
1	Realizar patrulhamento em áreas afetadas pelo desastre.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5	
1	Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
2	Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

7.12 – RESPONSABILIDADES DA REDEC/SEDEC

Para entender melhor o que caracteriza cada Estágio Operacional, verifique o capítulo 6 deste plano.

ESTÁGIO OPERACIONAL – 0	
1	Acompanhar os processos de preparação e presta consultoria em Gestão de Risco.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 1	
1	Permanecer ciente da situação e atende às demandas solicitadas pela defesa civil.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 2	
1	Permanecer ciente da situação e atende às demandas solicitadas pela defesa civil.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 3	
1	Permanecer ciente da situação e atende às demandas solicitadas pela defesa civil.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 4	
1	Permanecer ciente da situação e atende às demandas solicitadas pela defesa civil;
2	Avaliar os relatórios preliminares apresentados;
3	Abrir um Processo via SEI, enviando ao Diretor da DGDEC o Relatório de Visita técnica, o formulário de solicitação de apoio da SEDEC emitido pelo município, Cópia do Decreto de Criação do gabinete Municipal de Crise (se houver), Cópia do protocolo de abertura do FIDE no S2ID, Cópia do Decreto de Declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e o formulário de Atuação Municipal em resposta a desastre.
ESTÁGIO OPERACIONAL – 5	
1	Proceder conforme o Estágio Operacional Nível 4, porém atentando para a classificação de ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em seus documentos, isso se a situação encontrada enseje essa categoria sem passar pelo estágio operacional nível 4, todos os envolvidos no plano;
2	Continuar com as ações em curso, caso a situação evolua do estágio operacional 4 para o estágio operacional 5.

8 - DOCUMENTOS UTILIZADOS NO DECURSO DO DESASTRE

8.1 - PLANO DE CHAMADA GERAL

DEPARTAMENTO	NOME	TELEFONE	FUNÇÃO NO PLANO
Secretaria de Ordem Pública e Defesa Civil	DANIELA DAIBES TAKENAWA TEIXEIRA	(22)99928-6031	SECRETÁRIA
	MICHAEL FRANCO	(22) 98186-5176	SUB-SECRETÁRIO
	YUGONAY NOGUEIRA FARIA	(22) 98151-5611	CHEFE DE SEÇÃO
	ALAN FIGUEIRA	(22) 99930-2518	ENGENHEIRO
Secretaria de Obras	MARCO ANTÔNIO SARDINHA VIEIRA	(22) 99803-2678	SECRETÁRIO
	DILSON DAIBES	(22) 99989-7173	SUB-SECRETÁRIO
	EDVELTON MORAIS (BOBÔ)	(22) 99913-6046	COORDENADOR
Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Habilitação	VALÉRIA LOURENÇO	(22) 99951-4001	SECRETÁRIA
	SÔNIA LOPES	(22) 99832-6661	SUB-SECRETÁRIA
	MILIANE	(22) 99827-7541	CRAS PORTO DAS BARCAS
	DOUGLAS BRUNO	(22) 99893-9146	CREAS
Secretaria de Saúde	RICARDO DE ORNELLAS DAIBES	(22) 99836-5849	SECRETÁRIA
	SUMAYA MORAES DOS SANTOS FREITAS	(22) 99805-3586	SUB-SECRETÁRIO
	EUGÊNIO	(22) 3864-1710	CH DO HOSPITAL MUN.
	LINDOMAR	(22) 99863-8145	MOT. AMBULÂNCIA
	MUNIR	(22)99968-2740	RESP. PELOS RELATÓRIOS
Secretaria de Educação	ADRIANA MOTA CASTRO	(22) 99828-8569	SECRETÁRIA
	ANTÔNIO MARCOS MORAES	(22) 98123-4278	SUB-SECRETÁRIO
	JAQUELINE BRAGA	(22) 99829-8640	DIRETORA ESCOLA 1
	TATIANA DA CUNHA HUNGRIA	(22) 98128-5651	DIRETORA ADJUNTA
Secretaria de Agricultura	SANDRO MOTA COSENDEY	(22) 997-299046	SECRETÁRIO
	PAULO VICTOR BARROS	(22) 98113-4144	SUB-SECRETÁRIO
	LUIS HENRIQUE DA SILVA CUNHA	(22) 98168-2327	RETRO ESCAVADEIRA
	ADOLFO VIANA	(22) 98826-0633	CAMINHÃO BASCULHANTE
	MÁRCIO DE SOUZA	(22) 99913-5067	PÁ CARREGADEIRA
	VALDINEI (LIMÃO)	(22) 98108-0775	MOTONIVELADORA
Secretaria Meio Ambiente	JHONATA DA SILVA FERNANDES LOPES	(22) 99798-8159	SECRETÁRIO

Segurança Pública	BRUNO GRANADA LOURANÇO	(22)999646445	SECRETÁRIA
Guarda Municipal	VINÍCIUS DA SILVA CARVALHO	(22) 98149-6132	COMANDANTE
Vigilância Sanitária	MARIANA	(22) 99776-0977	COORD. VIGILÂNCIA
GRAC	NALDO	(22) 99604-4751	DIRETOR DO HOSP. MUN.
	ALEXANDRE DAIBES	(22) 99974-9880	MÉDICO
36º Batalhão de Polícia Militar	TEN CEL PM CARLA	(21) 96475-7667	COMANDANTE DO 36ºBPM PMERJ DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
1/21 Destacamento de Itaocara CBMERJ	MAJOR BM Defanti	(22) 99804-0687	COMANDANTE DO DBM 1/21 DE ITAOCARA
DEFENSORIA PÚBLICA	DRA. LUIZA SANCHO VIVAS DE CASTRO	(21)96575-1490 10nreg@defensoria.rj.def.br luiza.castro@defensoria.rj.def.br	DEFENSORA PÚBLICA DO 10º NÚCLEO REGIONAL DE TUTELA COLETIVA

8.2 - ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS E POUSO DE AERONAVES

	Local de Armazenamento de Material Recebido:	
	Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Habitação	
	Endereço: Rua Alípio Ferreira Borges, nº 67, Centro	
	Responsável	Valéria Lourenço
	Telefone	(22) 99951-4001

	Local para pouso de Aeronave: Estádio José Brandão Filho	
	Endereço: Rua Alceu Gonçalves Brandão, nº 125	

8.3 – ABRIGOS PÚBLICOS

	Abrigo	Escola Municipal Casimiro Moreira da Fonseca
	Endereço	Rua Vereador Ayrton Leal Cardoso, n 1, Fundos – Verdes Campos
	Capacidade	300 pessoas
	Responsável	Jaqueline Braga Morais Luz
	Telefone	(22) 98128-5651
	Observação	Necessita de meio de transporte